

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.324.210 - PR (2018/0173757-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : LUIZ ANTÔNIO PEREIRA RODRIGUES
ADVOGADOS : FERNANDA FORTUNATO MAFRA RIBEIRO - PR033179
LUIZ ANTONIO PEREIRA RODRIGUES - PR034955
MONICA LORUSSO - PR060159
MARCELO DE SOUZA SAMPAIO - PR078156
AGRAVADO : EDUARDO ABBUD BARCIA
AGRAVADO : MARIA TEREZA RANGEL ARRUDA CAMPOS
ADVOGADO : CRISTIANE FEROLDI MAFFINI - PR027351

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado por Luiz Antônio Pereira Rodrigues em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto pelo artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, no qual se alegou violação dos artigos 23, parágrafo único, 215, parágrafo único, 223, 247, 557, § 1º-A, 543-C, § 7º, inciso II, do revogado Código de Processo Civil; 489, § 1º, incisos I e IV, e 932, inciso V, alínea "a", do Código atual; à Súmula 429 do STJ, além de divergência jurisprudencial, impugnando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com a seguinte ementa (fl. 563):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. REVELIA. CONSTATADA. CITAÇÃO VIA POSTAL. AVISO DE RECEBIMENTO (AR). ASSINADO POR TERCEIRO. POSSIBILIDADE. CITAÇÃO ENCAMINHADA AO ENDEREÇO CORRETO DO RÉU. VERIFICADO. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. ATO CITATÓRIO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO RÉU. CONSTATADO. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA. APELO NÃO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados às fls. 601/603.

Afirma, em síntese, além da nulidade por negativa de fundamentação, que a citação é nula, porque recebida por terceira pessoa, daí por que não se poderia considerá-lo revel pela intempestividade da contestação.

Contrarrazões às fls. 681/689, pela manutenção do julgado.

A admissibilidade negativa deveu-se à ausência de indicação dos

dispositivos legais violados e ausência de matéria sujeita a sobrestamento, argumentos que foram combatidos na petição de fls. 695/728, inclusive com indicação dos trechos do especial em que constam os artigos de lei federal, razão por que considero superado o limite do conhecimento e examino a matéria.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

De início, no tocante às alegações de ofensa ao artigo 489 do CPC vigente, verifico que não merecem prosperar.

Isso porque, consoante entendimento consolidado desta Corte, o recorrente não possui o direito de ter todos os argumentos alegados rebatidos, cabendo ao tribunal analisar e debater as questões principais para o deslinde da controvérsia.

Com efeito, não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pelo agravante.

Desse modo, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados, nos termos dos acórdãos cujas ementas transcrevo abaixo:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. DANOS MORAIS. MATÉRIA DE FATO. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.

2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ).

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(Quarta Turma, AgRg no Ag 829.006/RJ, minha relatoria, DJe de 28.9.2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

(...)

3. Agravo regimental não provido.

(Terceira Turma, AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe de 1º.3.2016)

Ainda preliminarmente, os enunciados sumulares não são aptos à demonstração da divergência jurisprudencial, que para este propósito deve ser representada pelos julgados que a eles serviram de alicerce.

O Tribunal estadual consignou que a correspondência com aviso de recebimento contendo a citação foi enviada ao endereço comercial do agravante, que tomou conhecimento do ajuizamento do feito, conforme o seguinte excerto (fls. 564/566):

Pela leitura dos autos, observa-se que foi expedida citação, via postal, ao réu/apelante, na data de 18/03/2015 (fls. 265), ao endereço indicado na petição inicial, sendo que a juntada aos autos do comprovante do aviso de recebimento (AR) ocorreu em 07/04/2015, data em que se iniciou o prazo para a apresentação de contestação, o qual transcorreu *in albis*, caracterizando-se a revelia do réu.

Apesar da citação ter sido enviada ao endereço comercial do réu/apelante, conforme depreende-se da fl. 313, o aviso de recebimento (AR) foi assinado por terceiro.

Em face disto, o apelante alega a nulidade da citação, por entender que esta deveria lhe ter sido entregue pessoalmente, sendo incabível o seu recebimento por terceiro.

O tema muito já foi debatido pelos Tribunais, pacificando-se o entendimento de que é válida a citação recebida por terceiro, desde que tenha sido enviada ao endereço correto do réu. Confirma-se a jurisprudência do STJ:

(...) III - Segundo jurisprudência pacífica desta Corte, é válida "a citação postal, com aviso de recebimento e entregue no endereço correto do executado, mesmo que recebida por terceiros, o que ocorreu no caso em exame" (AgRg no AREsp n. 253.709/RJ, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe de 13/12/2012); (AgRg na CR 9.824/EX, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, CORTE ESPECIAL,

julgado em 15/06/2016, DJe 28/06/2016).

(...)

Assim, mostra-se válida a citação entregue no endereço correto do réu, ainda mais se tratando de edifício comercial, vez que é comum o recebimento pelo porteiro, o qual é encarregado da posterior distribuição aos respectivos destinatários.

Ainda que assim não fosse, observa-se que o apelante, após ter sido citado, ao invés de apresentar contestação nos presentes autos, optou por ajuizar ação incidental, para que fosse reconhecida a nulidade da citação. Ademais, verifica-se que a distribuição de tal demanda ocorreu dentro do prazo para apresentar resposta nesta demanda.

Portanto, é evidente que a citação atingiu o seu propósito, vez que o apelante demonstrou possuir ciência inequívoca da demanda ajuizada em seu desfavor, ao impugnar incidentalmente ato específico praticado pelo juízo de origem, dentro do prazo que lhe havia sido concedido para apresentar contestação.

Não suficiente, deixou transcorrer os prazos para prática dos demais atos instrutórios. Cumpre ressaltar que "contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório", conforme art. 322 do CPC/73 e Súmula 231 do STF.

Assim, em que pese a correspondência dever ser entregue, em regra, diretamente ao citando, a conclusão de que o agravante tomou conhecimento da demanda por ter sido entregue a citação corretamente no endereço do citando afasta eventual nulidade. A propósito:

Embargos de divergência. Corte Especial. Citação por AR. Pessoa física. Art. 223, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

1. A citação de pessoa física pelo correio deve obedecer ao disposto no art. 223, parágrafo único, do Código de Processo Civil, necessária a entrega direta ao destinatário, de quem o carteiro deve colher o ciente.

2. Subscrito o aviso por outra pessoa que não o réu, o autor tem o ônus de provar que o réu, embora sem assinar o aviso, teve conhecimento da demanda que lhe foi ajuizada.

3. Embargos de divergência conhecidos e providos.

(Corte Especial, EREsp 117.949/SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJU de 26.9.2005)

CARTA ROGATÓRIA. INTIMAÇÃO PRÉVIA. ART. 216-Q DO RISTJ. AVISO DE RECEBIMENTO ASSINADO POR TERCEIRO. INOCORRÊNCIA DE NULIDADE.

I - Segundo dispõe o art. 216-Q do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, a parte interessada será intimada para, no prazo de quinze dias, impugnar o pedido de concessão do exequatur.

II - No caso concreto, essa intimação foi feita pela via postal, porém o aviso de recebimento (fls. 41 e 42) foi assinado por terceiro.

III - Segundo jurisprudência pacífica desta Corte, é válida "a citação postal, com aviso de recebimento e entregue no endereço correto do executado, mesmo que recebida por terceiros, o que ocorreu no caso em exame" (AgRg no AREsp n. 253.709/RJ, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe de 13/12/2012).

IV - Outrossim, conforme cediço, não há nulidade sem prejuízo (pas de nullité sans grief). Na hipótese, a parte interessada posteriormente tomou conhecimento da comissão rogatória, já que, ao cumprir o pedido de cooperação internacional, a Justiça Federal, via oficial de justiça (fl. 91), citou a parte interessada para que tomasse conhecimento da demanda proposta na Justiça rogante. Diante dessa ciência, a parte interessada teve a oportunidade de alegar eventual nulidade nos autos, mas não o fez, motivo pelo qual se entremostra inexistir vício processual gerador de prejuízo.

Agravo regimental improvido.

(Corte Especial, AgRg na CR 9.824/EX, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJe de 28.6.2016)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO. CITAÇÃO. CORRESPONDÊNCIA. ENDEREÇO DO RÉU. RECEBIMENTO POR TERCEIRO. CIÊNCIA DA DEMANDA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NULIDADE. PREJUÍZO. AUSÊNCIA. NÃO PROVIMENTO.

1. Consignando as instâncias ordinárias que o mandado de citação foi entregue no endereço dos réus, embora assinado o AR por terceira pessoa, e que aqueles tiveram ciência da demanda a tempo de respondê-la, sem alegar qualquer vício, somente vindo a fazê-lo no recurso, não há que se falar em nulidade do ato por ausência de prejuízo à parte.

2. O simples reexame de prova não enseja recurso especial, como ensina o enunciado n. 7 da Súmula desta Casa.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(Quarta Turma, AgInt no AREsp 1.020.264/PR, minha relatoria,

unânime, DJe de 22.5.2017)

Concluindo a Corte de origem que o agravante tomou conhecimento da demanda, o reexame da questão encontra o disposto no Verbete 7 da Súmula.

Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

